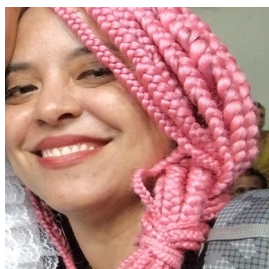


## OS SURDOS NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

*The Deaf in the late nineteenth and early twentieth centuries: an analysis of the Brazilian Historical Demographic Census*



**Solange Maria da Rocha<sup>1</sup>**  
(INES)



**Ana Maria Cunha da Cruz<sup>2</sup>**  
(SEEDUC/RJ)



<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, Brasil;  
solangerocha3@gmail.com

<sup>2</sup> Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - SEEDUC-RJ, Volta Redonda, RJ, Brasil;  
cruz.amaria@gmail.com.

## Resumo

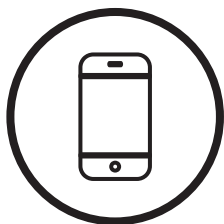
Podemos identificar, numa breve pesquisa em bancos de teses e dissertações, um significativo número de trabalhos sobre surdos com base em dados de Censos Demográficos recentes. Entretanto não circulam informações sobre os surdos nos primeiros Censos realizados no Brasil. No final do século XIX e início do século XX, existiam informações a respeito dos surdos? Eles eram reconhecidos como surdos ou surdos-mudos? Os estados brasileiros tinham um quantitativo de surdos proporcionais entre si? Qual região brasileira apresentava maior número de surdos na época? Este trabalho procura compreender tal realidade através dos Censos Demográficos realizados no período de 1872 a 1940, no Brasil, investigando as terminologias e procedimentos que foram realizados. Destaca-se o pioneirismo desses Censos em relação à necessidade de registrar informações sobre surdos no Brasil. Também serão problematizados alguns desvios de percurso nas realizações censitárias decorrentes muitas das vezes de questões metodológicas.

**Palavras-chave:** Política censitária; Surdos; Brasil; Demografia.

## Abstract:

Nowadays, there are more and more work on deaf people using demographic census data. But in the late nineteenth and early twentieth century, was there information about these people? Were they recognized as deaf, or was the deaf-mute still used? Did the Brazilian states have a number of deaf people proportionate to each other? Which Brazilian region had the highest number of deaf people at the time? This paper seeks to understand this reality through data from the historical demographic censuses from 1872 to 1940 in Brazil, their terminologies and procedures by which they were performed. It will also be pointed out the pioneering nature of these censuses in relation to the need to gather information about deaf people in Brazil, as well as some deviations in their achievements, fruits of the political situation of the time and lack of statistical methodologies, crucial for obtaining population data.

**Keywords:** Census policy; Deaf; Brazil; Demography.



LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK

<https://youtu.be/DCCdt23h1AQ>



## Introdução

*Recenseamento<sup>3</sup>*

*(Compositor: Assis Valente - intérprete: Carmen Miranda, 1940)*

*Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento  
E o agente recenseador esmiuçou a minha vida foi um horror  
E quando viu a minha mão sem aliança encarou  
para a criança que no chão dormia  
E perguntou se meu moreno era decente  
E se era do batente ou era da folia (...)*

<sup>3</sup> Música Recenseamento. Compositor: Assis Valente. Intérprete: Carmem Miranda. Ano de 1940. Disponível em [<https://www.letras.mus.br/carmen-miranda/687215/>]. Acesso em 19/02/2016.



A música *Recenseamento*, de Assis Valente, interpretada por Carmem Miranda, se reporta ao censo demográfico realizado no Brasil, em 1940. Com uma metodologia censitária diferente das anteriores, Assis Valente registra a surpresa do cidadão com um evento considerado temerário e invasivo, pois foi o primeiro Censo que contava com a figura do recenseador de porta em porta.

Para entender a discussão sobre significados do recenseamento e sua importância para a construção de um país, dialogaremos com Raffestin (1993). Para a análise numa perspectiva histórica nosso diálogo é com Bloch (2001) que nos mostra como olhar para a história, analisando-a em abordagem compreensiva evitando julgamentos de um tempo não vivido por nós.

A obra de Barcellar (2013) vem para contribuir, através de sua pesquisa, acerca da situação dos surdos no Brasil, no início do século XX, com o olhar que se tinha sobre os surdos na época.

Nosso objetivo principal é levantar o quantitativo de surdos no Brasil, de 1872 a 1940. Para isso, apresentaremos dados relevantes de cada recenseamento, enfatizando os pontos que interferem na busca pelo número de surdos de cada década. Informações como método de coleta e nome usado para designar o ser surdo serão alguns dos temas apresentados.

Com as informações dos censos deste período sobre os surdos, apresentamos esses dados organizados em gráficos para melhor compreensão. E para concluir será apresentado um estudo comparativo dessas informações colhidas.

## 1 Dialogando com Raffestin e Bloch

A prática de recensear uma determinada população já é feita há bastante tempo com o objetivo de traçar um perfil populacional em determinado território. Em relação à função desta prática, Raffestin contribui:

O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. Mas a essa empresa do poder corresponde a resistência ao poder; e talvez aí resida o caráter ambivalente da população. A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional. (Raffestin, 1980, p. 67).

A realização de um recenseamento populacional não se restringe apenas em estipular a quantidade de indivíduos com uma característica ou outra. Os objetivos de se construir um recenseamento podem vir de uma necessidade objetiva tal como saber a proporção do número de deputados e senadores para um estado, adequar o sistema de taxação de impostos e estipular o quantitativo de indivíduos para o alistamento militar (Raffestin, 1993); ou de uma necessidade flexível que é fruto das pesquisas posteriores a partir de dados já coletados, como é o caso do presente trabalho.

Neste sentido é de extrema importância que os dados populacionais estejam atualizados. Porém, uma atualização anual, através de um novo recenseamento, seria muito cara para uma variação provavelmente pouco expressiva. Dessa forma, para suprir a necessidade do conhecimento da população, sem onerar exorbitantemente os cofres públicos, os recenseamentos costumam ter um período de dez anos entre um e outro e alguns dos dados são estimados através de pesquisas anuais, como o total populacional é atualizado pelas taxas de natalidade e mortalidade.

Diante disso, Raffestin conclui sobre a prática do recenseamento:

Nessa perspectiva, o que é um recenseamento? É uma informação sobre um estoque de energia. Uma energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias. Informação de grande valor, da qual não se pode duvidar, pois para obtê-la é necessário destinar custos quase sempre altos. Pode-se, portanto, avançar, sem com isso criar uma lei, visto que toda transformação de energia em informação significa que se destinou a esta última um preço elevado e, conseqüentemente, uma importância primordial. De fato, o recenseamento não é somente um conhecimento sobre um estoque de energia, mas, levando-se em consideração o imposto e a conscrição que interessam ao Estado, vê-se exatamente isso, em primazia. Para manter essa informação atualizada, é necessário renovar periodicamente a operação, de modo que se obtenha uma imagem não muito distante da realidade. Uma enorme diferença interditaria qualquer ação, por ser pouco diferente e contínua. (Raffestin, 1968, p. 69).

O historiador Marc Bloch adverte que o papel de um historiador, ou de um cientista de maneira geral, não é o de julgar o passado e sim compreendê-lo. Usaremos dessa premissa para ter em mente a leitura das fontes documentais dos censos históricos compreendendo o contexto histórico em questão. E sobre isso, o “compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade” (Bloch, 2001, p. 128).

Em complemento a isso, Bloch nos dá a pista de como a leitura desses censos históricos poderá ser melhor aproveitada:

(...) mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando sabemos interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado. (Bloch, 2001, P. 05).

Sendo assim, nos cabe as seguintes indagações: qual era o quantitativo de surdos nos Censos Demográficos de 1872 a 1940? Como os censos denominavam os surdos, no período citado?

O seguinte trabalho procurará avançar sobre essas indagações.

## **2 Os surdos no fim do século XIX e início do século XX contribuição de Barcellar<sup>4</sup>**

Trazer para o centro deste estudo a leitura dos surdos nos censos demográficos históricos nos obriga, primeiramente, identificar como eram reconhecidos e denominados os indivíduos que hoje são chamados de surdos e deficientes auditivos.

---

<sup>4</sup> Sobre a definição de surdos-mudos, recorremos a Barcellar

No período do final do século XIX e início do século XX, os surdos eram definidos como surdos, quando estes ficavam surdos após a aquisição do português falado, e surdos-mudos, quando já nasciam sem o sentido da audição.

Esta noção a primeira vista bastante clara, parece ainda não estar bem assentada, pois, como faz notar Uchermann, o termo surdo mudo se refere a uma noção sintomática e relativa, sem limites bem definidos, seja quanto ao grau de audição, seja quanto ao idiotismo. (Barcellar, 2013, p. 28).

Em contrapartida, as definições ambíguas do que é ser surdo, no momento de uma pesquisa nacional, que é o centro deste trabalho, pode trazer distorções e confusões.

Muitos surdos mudos ouvem perfeitamente certos sons ou ruídos, chegando outros mesmo a distinguir syllabas, sem que, entretanto, tenham capacidade para aprender a linguagem falada pela audição. Estes surdos mudos, em geral, não são considerados como tal pelo povo. (Barcellar, 2013, p. 29).

Essa passagem em BARCELLAR<sup>5</sup> reafirma a ausência de uma definição do que era ser surdo no início do século XX entre a população brasileira.

### 3 Recenseamentos brasileiros

O final do século XIX e início do século XX foi um período em que o Brasil estava se constituindo enquanto república. O período escravocrata estava findado e era importante conhecer os aspectos mais detalhados da população que daria base a essa nova fase.

A partir da Independência do Brasil, em 1822, foi identificada a necessidade de conhecer o perfil populacional, sendo assim os primeiros recenseamentos foram realizados em nosso território.

De início, estes se restringiam apenas às cidades e, no máximo, aos estados. Tendo em vista as técnicas de se recensear que conhecemos nos dias atuais ainda não estarem desenvolvidas, os primeiros recenseamentos do Brasil eram nominais e o uso da estatística e seus “dados amostrais” para se fazer um recenseamento seguro ainda não era praticado. Este período ficou conhecido como proto-estatístico<sup>6</sup>.

O recenseamento, neste período, tinha como principal objetivo a expectativa do número de votos por paróquia e, conseqüentemente, o número de deputados e senadores (Senra, 2006, p. 91<sup>7</sup>).

Em 1852, por exemplo, já havia a pretensão de se realizar um Censo Nacional, porém como não ficaram claras para a população as razões desse Censo, boatos foram espalhados e

<sup>5</sup> Rocha, Solange. Série Histórica do Instituto Nacional de Surdos, volume 6. Rio de Janeiro: INES, 2013

<sup>6</sup> Apud BOTELHO, 1998:17. In. Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 08.

<sup>7</sup> Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório).

<sup>8</sup> Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 11.

revoltas foram feitas contra a sua realização nesse período<sup>8</sup>.

A seguir apresentamos informações acerca dos recenseamentos demográficos estudados mostrando a forma como foram realizados, seus obstáculos e seus impactos no estudo do quantitativo de surdos no Brasil.

#### 4 Estudando os recenseamentos

O Recenseamento de 1872 foi aquele que deu início à pesquisa populacional a nível nacional captando informações mais abrangentes e mais detalhadas que os censos subsequentes de 1890 e 1900. Recebeu destaque por ter sido realizado ainda no período Imperial contendo informações até mesmo sobre os negros escravizados da época<sup>9</sup>.

Segundo dados do IBGE do ano de 1951, apesar do recenseamento de 1872 ter sido realizado com a ajuda de agentes recenseadores, esses não tinham o papel que tiveram nos Censos posteriores. Assim como o realizado no Censo da Corte<sup>10</sup>, em 1870, os agentes recenseadores distribuía os “boletins de família” (nome dado aos questionários dos censos) para cada chefe da família em suas respectivas casas, 15 dias antes de 1º de agosto de 1872 e após dez dias da data de entrega dos boletins, os agentes recenseadores voltavam aos domicílios para recolhê-los e corrigi-los, caso necessário. Depois de cinco dias a Comissão Censitária recebia os materiais, organizava-os e encaminhava-os para a Diretoria Geral de Estatística - DGE (atual IBGE), no município da Corte. Porém, esse modelo de distribuição dos “boletins de família” tinha grande possibilidade de apresentar erros, comprometendo os dados finais. A falta de padronização das respostas e questões subjetivas nos boletins da família se tornavam mais complicadas por conta do alto grau de analfabetismo na época<sup>11</sup>:

A autodeclaração censitária, adotada nos censos de 1870 e de 1872, por trazer graves deficiências aos dados, é um procedimento banido dos censos contemporâneos, mesmo em se tratando de sociedades mais letradas. Além disso, deve-se considerar que os problemas referentes à falta de uniformidade das respostas, omissão e de erros de interpretação das questões se agravavam pelo fato de que o número de pessoas que sabiam ler e escrever, pelos próprios dados do Censo de 1872, era quase igual ao número de famílias. Daí imagina-se o farto volume de trabalho na checagem e correção das informações produzidas pelos próprios chefes de família, ou por algum outro residente alfabetizado, caso este existisse. Além dessa questão, o formato do questionário também pode facilitar ou dificultar o preenchimento e a sua posterior apuração. (Relatório Provisório, 1872, p. 12)

De toda maneira deixar que o preenchimento do formulário fosse feito pelo próprio pesquisado podia trazer alguns erros para o resultado. Sobre isso Raffestin comenta que:

é evidente que dar formulário de recenseamento para uma população analfabeta preencher significa o risco de se provocar um fracasso. Utilizar um vocabulário técnico desconhecido do receptor pode, igualmente, conduzir o impasse ou diálogo de surdos. (Raffestin, 1968, p. 73)

<sup>9</sup> Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 07.

<sup>10</sup> Censo do Município da Corte, realizado no ano de 1870 e que serviu como parâmetro para a realização do censo nacional, em 1872. O Município da Corte correspondia ao que hoje chamamos de município do Rio de Janeiro e na época concentrava o poder nacional. In: Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 11.

<sup>11</sup> Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 12.

Essa metodologia pode ter contribuído para gerar distorções às informações sobre os surdos, como será apresentado mais adiante.

Por essas razões e pelo modo como os microdados foram organizados<sup>12</sup>, estes tiveram que sofrer revisões datilografais e matemáticas<sup>13</sup> pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi a partir desta revisão que obtivemos o quantitativo de surdos em 1872.

O recenseamento seguinte, de 1890, apesar de ter sido realizado, apresentou muitas debilidades e por essa razão seus números não puderam ser encontrados.

Toda a consideração baseada sobre numeros que não traduzem a realidade dos phenomenos que se pretende estudar, levará necessariamente a conclusões falsas, podendo mesmo ser opposta à verdade que se procura. (...) É, pois, em cumprimento d'esse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam senão com todo criterio, não devendo considerar a segunda operação censitaria da Republica, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro. (Synopse 1890). p. III.

Raffestin aponta que “os primeiros recenseamentos modernos frequentemente coincidem com o fortalecimento do Estado ou com a formação de um novo Estado” (Raffestin, 1980, p. 68). Porém, observando o caso do Brasil cuja Proclamação da República se deu em 1889, seu imenso território e sua relação intrínseca entre Estado e Igreja atrapalhavam a operação censitária durante o período Imperial. Com o advento da República, o Estado não se encontrava mais atrelado à Igreja, não podendo mais utilizar a Paróquia como divisão territorial para coleta de dados<sup>14</sup>

Tendo em vista que no Censo Nacional e nos Censos locais a coleta de informações era feita com a ajuda das Paróquias, o pouco espaço de tempo entre a formação do novo Estado e a realização do recenseamento sem a ajuda das Paróquias contribuiu para que este não fosse fiel à realidade.

Sobre o Recenseamento de 1890, Barcellar esclarece uma das razões pelas quais este não havia sido publicado:

Neste recenseamento de 1890, na parte referente a defeitos phisicos, cogitava-se não só dos surdos mudos, como daquelles simplesmente surdos. Isto deu logar a grande confusão, o que levou o Governo fFederal ordenar o seu cancellamento na parte referente aos Estados. Na Capital Federal, segundo este recenseamento, haviam então apenas 148 surdos mudos (100 homens e 48 mulheres), estando classificados em um grupo aparte 813 surdos, dos quaes 574 homens e 239 mulheres. (Barcellar, 1926 / 2013, p. 31).

Em 1900 apesar de o recenseamento ter sido realizado, informações a partir de outros documentos mostram que este foi realizado com algumas ressalvas.

<sup>12</sup> “A apuração, questionário a questionário, procurando captar todas as variáveis para preencher o plano tabular concebido, fazia-se em equipes com um indivíduo lendo em voz alta e os demais tomando nota (Senra, 2006: 367). Por tudo o que foi tratado, desconhece-se o nível de exatidão e da fidelidade ao conteúdo das listas de famílias, uma vez que as mesmas não existem mais.” In. Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 23.

<sup>13</sup> Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), p. 24.

<sup>14</sup> DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. V.

O documento do IBGE (2000) sobre a Metodologia do Censo mostra que insatisfações e protestos em relação à qualidade das informações na então capital, Rio de Janeiro, fizeram com que o Censo fosse novamente realizado no Distrito Federal, em 1906<sup>15</sup>. Talvez por essa razão encontramos no Censo de 1920 o ponderamento sobre a comparação entre os censos de 1900 e 1920. No momento em que menciona o aumento considerável de surdos em 1920 em relação aos números de 1900, o documento fala que “esta divergencia nos resultados dos dous ultimos censos não encontra razoavel explicação senão na deficiencia já demonstrada dos algarismos referentes ao inquerito de 1900”<sup>16</sup>. Possivelmente, por essa mesma razão não tenhamos encontrado os microdados deste censo de 1900.

Em 1910, devido a problemas políticos da época<sup>17</sup>, o recenseamento não pode ser realizado.

O Censo de 1920 corroborou com problema recorrente observado nos documentos censitários dos períodos anteriores de não acreditarem na veracidade da surdez, ou surdo-mudez. Como, nos termos da época, não era uma “deficiência” facilmente visualizável, como cegueira ou algum grau de deficiência mental, os resultados em muitos momentos não eram considerados confiáveis por aqueles que realizavam o Censo, como mostra o trecho abaixo:

Não levando em conta o abuso das aspas para supprir as declarações por extenso (sim ou não), conforme exige o questionário da lista de família, a falta de uniforme e exacta interpretação nas respostas dadas aos quesitos sobre os defeitos phisicos, sobretudo em relação à surdo-mudez; torna os algarismos algum tanto suspeitos de exaggero no recenseamento de 1920. (Censo 1920, p. VI).

E continua:

Para corrigir semelhante prática na collecta dos elementos censitarios, em futuros recenseamentos, convem estabelecer categoricamente, nas instruccões do censo, a obrigação dos recenseadores verificarem a regularidade no preenchimento dos quesitos e, tanto quanto possível, a veracidade das respostas dadas, em cada lista de família, antes de recolherem estes boletins e tomarem os seus apontamentos nas respectivas cadernetas. Assim, ao lado de maior perfeição no inquerito, se evitará tambem o emprego improprio de aspas, confundindo na mesma especie um simples surdo com um indivíduo congenitamente surdo-mudo, um illetrado com pessôas de mais elevado gráo de instrucção e até mesmo graduadas em varias profissões, além de muitas outras irregularidades ou erros de registro. (Censo 1920, p. VI).

Novamente a indefinição do que é ser surdo cuja caracterização é de enorme relevância no momento da pesquisa:

O predomínio da cegueira nas idades de 15 e mais annos, em confronto com o que se observa nos indivíduos de 0 a 14 annos, encontra natural explicação na concomitante perda da visão à medida

<sup>15</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Volume 25 (Série Relatórios Metodológicos), p. 16.

<sup>16</sup> DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. População – população do Brasil por Estados e Municípios, segundo os defeitos phisicos, por idade, sexo e nacionalidade. In: DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brazil*: Realizado em 1 de Setembro de 1920. 1ª edição. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatistica, 1928. Volume IV (3ª parte), p. 06.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre os problemas políticos, ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Volume 25 (Série Relatórios Metodológicos), p. 16.



que avança a idade. O mesmo, porém, não parece razoável no tocante à surdo-mudez, sendo esta, em geral, um defeito congênito, isto é, uma anormalidade orgânica. Ao imperfeito registro dos dados censitários deve-se atribuir, em grande parte, o resultado apurado numericamente no inquerito de 1920, contribuindo para isso, provavelmente, a inclusão entre os surdos-mudos de nascença de indivíduos simplesmente afectados da surdez adquirida. (Censo 1920, p. XVII).

Renovador em termos metodológicos, o recenseamento realizado em 1940 foi o primeiro a ser realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (criado em 1936), e foi o primeiro a utilizar a estatística na obtenção dos dados<sup>18</sup>. Sobre isso, diz o Censo:

Em 1940, o panorama da administração brasileira oferecia perspectivas favoráveis à realização do Recenseamento Geral, uma vez que a radical modificação de estrutura dos serviços de estatística, que se vinha processando nos últimos anos, dotara a organização administrativa do país dos meios adequados a garantir-lhe as necessárias condições de êxito. (Censo 1940, Recenseamento Geral e do Brasil, Série Nacional Volume II, p. 08).

A criação do IBGE foi de suma importância na organização territorial do Brasil uma vez que os municípios passaram a delimitar seus perímetros urbanos e rurais, configurando um mapa mais fiel do que se passava na realidade. Conseqüentemente as estatísticas sobre os municípios e estados se tornariam mais fáceis de serem coletadas e com menos riscos de repetição ou falta de cobertura<sup>19</sup>.

Apesar dessa nova realidade, a dificuldade em definir quem é surdo também esteve presente neste Censo. Se por um lado os cegos eram bem definidos, “pediu-se declarar êsse defeito e especificar a sua origem, pelas respostas ‘nascido cego’, ‘cego por doença’, ‘cego por acidente’. (...) acrescida da categoria genérica ‘com a origem do defeito não declarada’, os surdos-mudos e os surdos-mudos cegos”<sup>20</sup>, as informações sobre os surdos não tiveram tanta sorte:

O resultado do censo não representa exatamente a realidade; houve, sem dúvida, omissões na declaração de surdos-mudos; houve, e provavelmente, e número maior, declarações indevidas, pelas quais foram qualificados surdos-mudos indivíduos que eram apenas surdos, ou débeis mentais<sup>21</sup>.

Dessa forma, até a ausência de informações sobre as outras deficiências podem ter atrapalhado os resultados finais dos estados no censo de 1940.

<sup>18</sup> Para mais informações, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: População e Habitação. In. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*: (1º de Setembro de 1940). 1ª edição. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Volume II (Série Nacional). p. 08-09.

<sup>19</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: População e Habitação. In. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*: (1º de Setembro de 1940). 1ª edição. Rio de Janeiro:

Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Volume II (Série Nacional), p. 10.

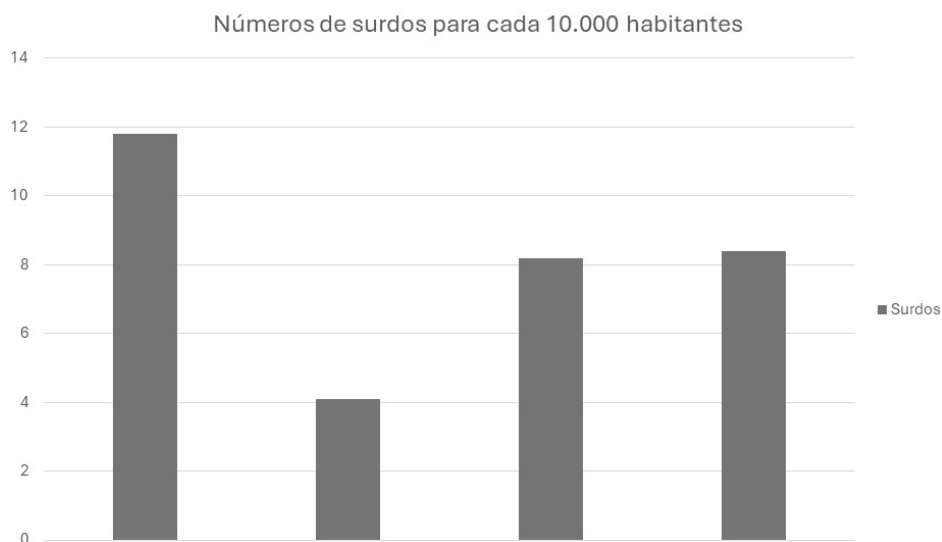
<sup>20</sup> O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: População e Habitação. IN. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*: (1º de Setembro de 1940). 1ª edição. Rio de Janeiro:

<sup>21</sup> IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*: (1º de Setembro de 1940). 1ª edição. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Volume II (Série Nacional), p. 25.

## 5 Leitura dos dados

A fim de facilitar a compreensão das informações geradas pelos dados dos censos demográficos, uma proporção foi gerada entre o número de surdos para cada 10.000 habitantes (número de surdos vezes 10.000 habitantes dividido pelo total populacional do ano estudado). Semelhante proporção também é realizada em outras taxas populacionais, como taxas de mortalidade e de natalidade, e mesmo na descrição dos próprios censos demográficos do período estudado.

**Gráfico 1**



Fonte: Dados organizados pela autora com base na Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), no Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de Setembro de 1920 (1ª edição) e no Recenseamento Geral do Brasil: (1º de Setembro de 1940), 1ª edição.

Lendo o primeiro gráfico referente ao número de surdos para cada 10.000 habitantes, vemos a variação exagerada dos censos de 1872 e 1900 em relação aos de 1920 e 1940. Poderíamos, a princípio, supor uma epidemia em 1872 que teria atingido um grande número de pessoas, parte das quais muitas teriam ficado surdas como consequência. Porém, a bibliografia estudada nos mostra o contrário, que a falta de convenção do que definir como surdo, o medo de ir para a guerra e a ausência de um recenseador fizeram com que muitos se declarassem como surdos, mesmo não sendo. Estranheza sobre os resultados já havia sido declarada pelo Doutor Tobias Leite, diretor do Instituto Nacional de Surdos do Rio de Janeiro no fim do século XIX (Rocha,2008).

Infelizmente, como já mencionado, o censo demográfico de 1900 sofreu várias perdas devido ao seu processo de construção e obtenção de dados, fato este que podemos observar no gráfico que faz a comparação do quantitativo de surdos entre os quatro recenseamentos (Gráfico 1).

Sobre possíveis interrupções na realização de censos demográficos, Raffestin explica que essas envolvem desde aqueles que os propõem até aqueles que serão recenseados. Cada grupo envolvido em um censo demográfico é chamado então de nível, separando-os assim: nível I - Estado; nível II - Subdivisão imediatamente inferior, como província, cantão, departamento; nível III - Subdivisão comunal; nível IV - Agentes recenseadores; nível V - População a ser recenseada (Raffestin, 1993, p. 71).

Levando isso em consideração e fazendo um paralelo com os recenseamentos que serão observados e discutidos mais a frente, Raffestin faz a seguinte contribuição:

“Se a ruptura na transmissão for de origem “técnica”, então ela será involuntária e é possível remediá-la; por outro lado, se a ruptura for voluntária, ela será de origem política, o que significa que há conflito ou tensão entre dois ou vários níveis. Há oposição entre níveis superiores e níveis inferiores, logo uma resistência na transmissão.” (Raffestin, 1993, p. 72).

## 6 O estudo dos censos por região

Desde 1872 até os dias atuais, o Brasil já sofreu várias modificações em relação aos territórios dos estados e a regionalização dos mesmos. Sendo assim, para facilitar a leitura e compreensão dos dados, optou-se por agregar os estados segundo a divisão regional atual compreendendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

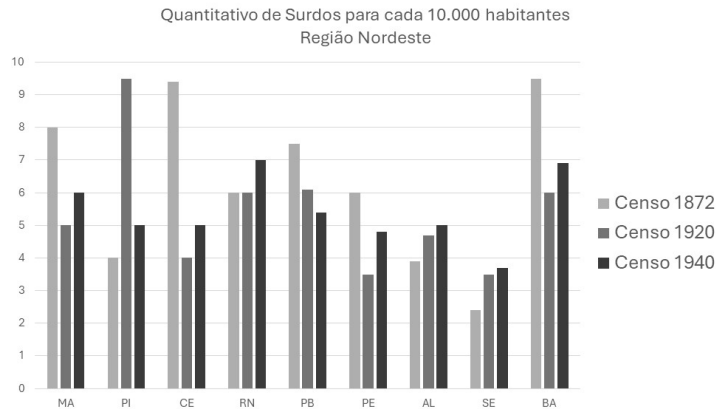
Nos períodos estudados, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentavam uma divisão diferente da atual. Primeiramente, em 1872, o estado do Acre ainda pertencia à Bolívia sendo adicionado ao território brasileiro apenas em 1903 através de acordos com a mesma (Almeida 2009). Por isso não existem dados neste ano para este estado.

Outros estados, por outro lado, nem mesmo aparecem nos gráficos. Isso se deve ao fato de que entre 1872 e 1940 o estado do Amazonas agregava o território do atual estado de Roraima, o Estado do Pará (na época Grão-Pará) agregava o atual Estado do Amapá, o atual território do estado do Tocantins pertencia a Goiás, e, por fim, o território de Mato Grosso continha também os estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia (Almeida 2009).

Como dito anteriormente, a construção e obtenção dos dados do recenseamento de 1900 sofreram muitas perdas, e por essa razão não havia o quantitativo de surdos por estado este ano, não sendo possível incluí-lo na comparação do quantitativo entre os Censos.

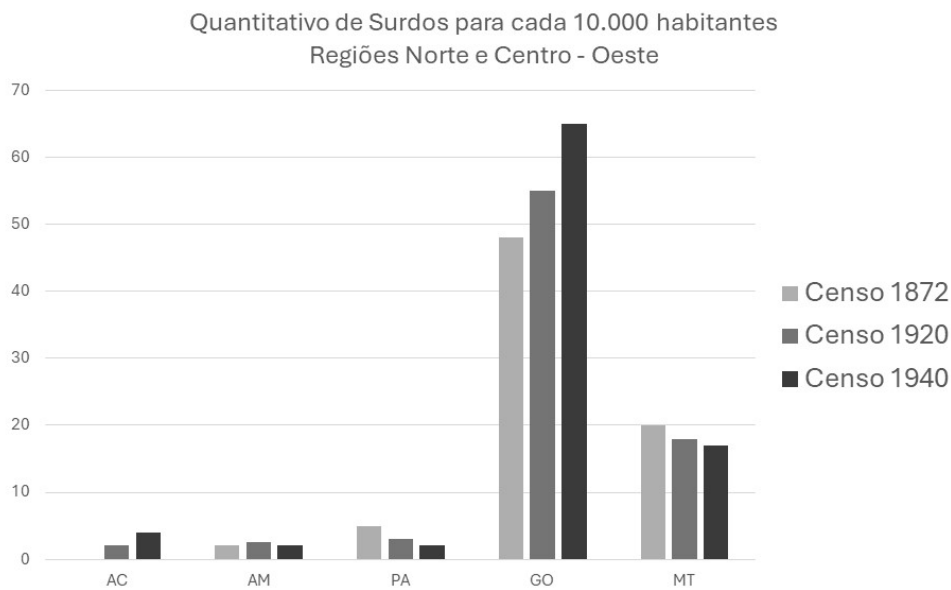
Da mesma forma, como os dados de todas as regiões e seus respectivos estados não se encaixavam em apenas um gráfico, estes foram divididos em três como podem ser vistos abaixo.

### Gráfico 2



Fonte: Dados organizados pela autora com base na Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), no Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de Setembro de 1920 (1ª edição) e no Recenseamento Geral do Brasil: (1º de Setembro de 1940), 1ª edição.

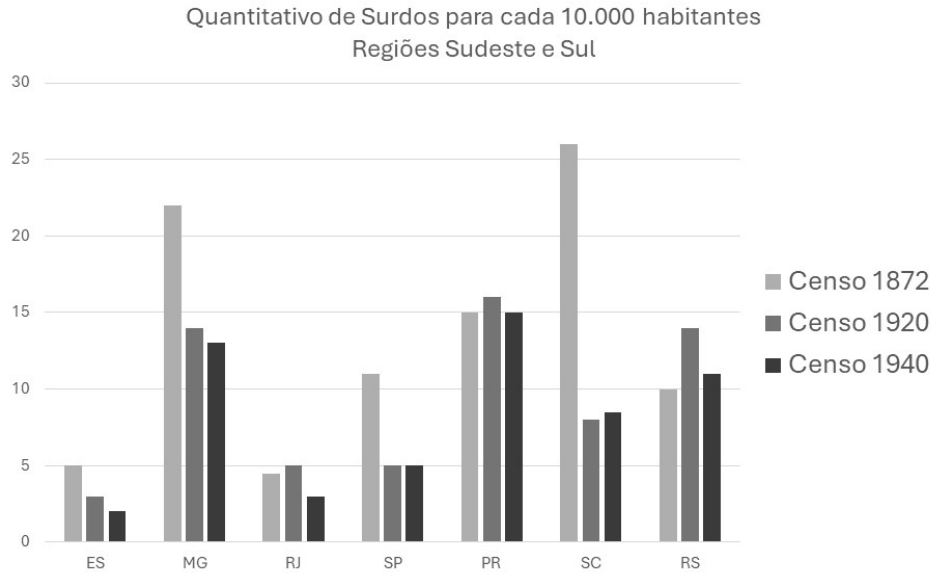
### Gráfico 3



Fonte: Dados organizados pela autora com base na Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), no Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de Setembro de 1920 (1ª edição) e no Recenseamento Geral do Brasil: (1º de Setembro de 1940), 1ª edição.



**Gráfico 4**



Fonte: Dados organizados pela autora com base na Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório), no Recenseamento do Brasil: Realizado em 1 de Setembro de 1920 (1ª edição) e no Recenseamento Geral do Brasil: (1º de Setembro de 1940), 1ª edição.

Lendo os três gráficos acima, podemos observar a mesma discrepância entre os resultados obtidos nos Censos a nível nacional. Apesar de existirem algumas deficiências de método nos recenseamentos de 1872 e 1920, já apresentadas anteriormente, vemos que não existe uma uniformidade entre os estados em relação ao aumento de surdos com o passar do tempo, nem tampouco existe uma uniformidade entre os estados em cada Censo. Tendo isso em vista, devemos atentar para os estados de Goiás e Mato Grosso que apresentam uma quantidade muito maior de surdos em relação aos demais estados de todo o Brasil, em todos os três Censos contabilizados neste trabalho.

No Sudeste e no Sul (Gráfico 3), se destacam nos três Censos os estados de Minas Gerais e Paraná com um leve aumento em São Paulo e Santa Catarina em 1872 e Rio Grande do Sul em 1940. Vale ressaltar também que apesar de apresentar um Instituto de Educação de Surdos a essa época, o Rio de Janeiro não representava um dos maiores quantitativos de surdos por 10.000 habitantes. A presença de um instituto voltado para a educação de surdos na cidade do Rio de Janeiro apesar do baixo quantitativo de surdos no estado, se deu, principalmente, pelo fato deste ter sido, naquele período, o Município da Corte - com representação próxima de uma capital do país.

## Conclusão

A construção dessa pesquisa contribuiu para que constatássemos o aumento ou queda no quantitativo de surdos a nível nacional e estadual.

Quanto à terminologia, concluímos que a não padronização da denominação atribuída ao

surdo na época (surdo-mudo ou surdo) provavelmente contribuiu para alguma variação nos resultados. Sem falar na própria subjetividade dos “boletins de família” e no entendimento da função do recenseamento que provavelmente também alteraram algumas das informações.

Na leitura dos Censos nacionais percebemos que o de 1872 foi o que apresentou o maior quantitativo de surdos, seguido por uma grande queda no Censo do ano de 1900 e um aumento nos seguintes. Os últimos avaliados aqui, de 1920 e de 1940, apresentaram informações mais uniformes, provavelmente devido à coesão maior tanto do país, quanto da metodologia de pesquisa.

Através da observação dos gráficos nos foi permitido concluir que não houve uma padronização no quantitativo de surdos entre os estados. Esta ausência de padronização se deu tanto de Censo a Censo, quanto de estado a estado. Os resultados não se mostraram próximos em todos os estados, nem tampouco algum estado apresentou queda ou aumento constante.

Vimos assim que cada Estado se comportou da sua maneira e os estados do Centro-Oeste apresentaram o maior quantitativo em todos os Censos, tendo maior destaque o estado de Goiás, seguido de Mato Grosso.

Seguindo a análise dos Censos, as regiões Sudeste e Sul apresentaram quantitativos significativos de surdos para cada 10.000 habitantes, em destaque os Estados de Minas Gerais e Paraná (em todos os Censos) e Santa Catarina, no censo de 1872.

Já o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo obtiveram um quantitativo próximo àquele observado na região nordeste do país. Nesta região os maiores valores foram em 1872. Os estados do Maranhão, Ceará e Paraíba tiveram um índice pouco maior que 8 surdos para cada 10.000 habitantes.

A região Norte apresentou os menores valores em todos os Censos. Entretanto Acre e Pará apresentaram um índice alto, próximo a 9, respectivamente nos censos de 1940 e 1872.

Por fim, além de todos os fatores já mencionados, a irregularidade na periodicidade entre os Censos, fruto de uma construção política e territorial, contribuiu para gerar variações grandes entre um Censo e outro. Se a realização tivesse sido a cada dez anos, como vemos nos dias atuais, possivelmente veríamos quedas e subidas mais suaves, mesmo com todos os desafios que uma pesquisa dessa magnitude possa enfrentar.

## Referências

- ALMEIDA, L. M. A. de; RIGOLIN, T. B. *Geografia Geral e do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: editora, 2009. Volume único.
- BACELLAR, A. de O. *A Surdo Mudez no Brasil (Cadeira de Hygiene)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: INES, 2013. Volume 6 (Série Histórica do Instituto Nacional de Surdos).
- BLOCH, M. *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 2001.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brazil em 1872*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1872.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. População - população do Brasil por Estados e Municípios, segundo os defeitos físicos, por idade, sexo e nacionalidade. In: DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brazil*:

- Realizado em 1 de Setembro de 1920. 1ª edição. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1928. Volume IV (3ª parte).
- HOLLINGSWORTH, T. H. Uma Conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In: MARCÍLIO, M. L. *Demografia Histórica*. São Paulo: Ed. Novos Umbrais, 1977, p. 23 – 39.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os surdos-mudos no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1º de Setembro de 1940. In: IBGE, *Estudos de Estatística Teórica e Aplicada*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. Volume 3 (Estatística Demográfica).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: População e Habitação. In. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*: (1º de Setembro de 1940). 1ª edição. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Volume II (Série Nacional).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Volume 25 (Série Relatórios Metodológicos).
- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. *Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos*. Rio de Janeiro: INES, 2013. Volume 5 (Série Histórica do Instituto Nacional de Surdos).
- LACERDA, A. P. de. *Atividades e Documentos Estatísticos do Instituto Nacional de Surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Indústria Tipográfica Brasileira, 1937.
- LETI, G. *Problemas de amostragem estatística em pesquisas de Demografia Histórica*. In: MARCÍLIO, M. L. *Demografia Histórica*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Novos Umbrais, 1977, p. 65-94.
- MEMÓRIA, J. M. P. *Breve História da Estatística*. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Disponível em: [[http://www.im.ufrj.br/~lpbraga/prob1/historia\\_estatistica.pdf](http://www.im.ufrj.br/~lpbraga/prob1/historia_estatistica.pdf)] Acesso em 12/04/2016.
- MINISTERIO DO IMPERIO. *Relatorio do Anno de 1886 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 20ª Legislatura*. ALMANAK 1886, 1887.
- OLIVEIRA, L. A. P. de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, volume 22, n.2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a06.pdf>]. Acesso em 20/05/2016.
- PAIVA, C. A., et al. Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, (Relatório Provisório). Minas Gerais: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica - NPHEd/UFGM, jan. 2012. Disponível em: [[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)] Acesso em 12/04/2016.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.
- ROCHA, S. M. *Memória e História: a indagação de Esmeralda*. 1 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010. (Coleção Caderno Acadêmico; 1)
- \_\_\_\_\_. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. 2ª edição. 1ª edição. Rio de Janeiro: INES, 2008. Vol. 01.
- RODARTE, M. M. S., et al. O Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872: uma análise da consistência e uma proposta de correção dos dados. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2012, Águas de Lindoia-SP. Disponível em: [<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/PE1%5B788%5D.pdf>]. Acesso em 12/04/2016.
- SÉRIE RELATÓRIOS METODOLÓGICOS. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Volume 25, IBGE. Rio de Janeiro: 2003.